

Os decaídos de 1930

José Augusto Bezerra de Medeiros e a reconfiguração política do Rio Grande do Norte pós-revolução

Helicarla Nyely Batista de Moraes

Aluna do Doutorado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS/UFRJ; Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN.

A seguinte proposta de trabalho pretende analisar a história política e intelectual do Rio Grande do Norte entre 1930 e 1937, momento de intensa movimentação política, configurando-se numa visível desorganização administrativa, já que inúmeros interventores assumiram a direção do RN nesse período, conjuntura iniciada com a derrubada do governo Lamartine e, conseqüentemente, com a saída de muitos dos seus colaboradores do estado. Esse recorte engloba todo um período de reorganização do mando político local e nacional, devido ao golpe que impôs Getúlio Vargas como chefe da nação e implantou o regime de interventorias, e compreende os primeiros momentos do novo sistema implantado e as estratégias de soerguimento das forças caídas no RN, sendo fundamental para o entendimento da rearticulação dessas forças, evidenciando alguns dos marcos significativos desse processo, como a fundação do Partido Popular em 1932, tendo José Augusto como presidente de honra; e a eleição do governador Rafael Fernandes, em 1935. Lançando mão de conceitos como cultura política e sociabilidade, combinados em uma análise que prioriza a produção da escrita e da memória, pretende-se investigar como, mesmo estando distantes do estado, situados no Rio de Janeiro, então Capital Federal, esse grupo, formado por políticos e intelectuais norte-rio-grandenses, conseguiu se reorganizar em uma oposição às interventorias varguistas no RN, o que permite analisar ainda, por meio de uma bibliografia produzida por esse grupo e da historiografia clássica do Rio Grande do Norte, como se construiu uma versão peculiar sobre esse período da história política do estado e uma imagem de José Augusto Bezerra de Medeiros como o grande líder nos embates pela retomada do mando político local.

Palavras-chave

Política, Rio Grande do Norte, José Augusto

No Rio Grande do Norte, a Revolução de 30¹ modificou a situação dos políticos e intelectuais norte-rio-grandenses que iniciaram suas carreiras ainda sob a República Velha de dois modos diferentes: uns partiram, outros permaneceram e se integraram rapidamente à nova situação política. À exceção do presidente Juvenal Lamartine, que seguiu para o exílio na França,

onde permaneceu até 1933, ano das primeiras eleições constitucionais depois do golpe que colocou Getúlio Vargas no poder, a maioria dos que partiram naquele momento rumou para o estado do Rio de Janeiro, então capital federal, seguindo a trajetória de José Augusto, à época senador eleito pela legislatura de 1928, dissolvida pela junta militar em outubro de 1930.

Os norte-rio-grandenses que partiram depois da revolução tiveram um papel fundamental na reorganização das forças políticas depostas em 1930, sendo responsáveis pela organização de uma oposição às sucessivas interventorias que administraram o estado entre 1930 e 1932, quando o norte-rio-grandense Mário Câmara, amigo pessoal e Oficial de Gabinete de Vargas, foi nomeado interventor. Mário Câmara situava-se na confluência dos dois momentos políticos que se enfrentavam. Se por um lado tinha raízes familiares nos grupos oligárquicos locais, era também “um típico representante do novo modelo de tecnocrata em gestação em 30”. Segundo Spinelli, o primeiro interventor civil e de origens norte-rio-grandenses recebeu de Vargas a missão de estreitar os laços com o grupo de José Augusto com a finalidade de garantir ao governo federal o controle político, dinâmica característica das administrações interventoriais no estado. Existia um jogo em que os dois lados, que desejavam estar em um lado só, o do poder, alternavam atos de disputa e de aliança.

Num primeiro momento, a estratégia adotada pelo governo central nomeando um homem da terra para dirigir o estado parecia agradar a todos, mas logo vieram os conflitos e as dissidências – primeiro com os “Cafeístas”, que representavam a ala liberal liderada por João Café Filho; depois com os “Perrés”, os representantes do sistema político esfacelado em 1930 (organizados no Partido Popular, fundado em 1932). Os conflitos de interesses entre os representantes do governo central e os representantes do Rio Grande do Norte continuavam, e o período interventorial no estado decorreu sob a égide de uma grande turbulência política, caracterizado pela maior rotatividade de interventores tenentistas. De 1930 a 1933, três militares e um civil ocuparam o posto de interventor: Aluísio Moura, Herculino Cascardo, Bertino Dutra e Mário Câmara (SPINELLI, 1992; COSTA, 1995). A junta militar que se constituiu logo depois da derrubada do governador, em 12 de outubro de 1930, indicou o paraibano Irineu Joffily para exercer o cargo de presidente provisório, sendo ele

o primeiro representante do regime varguista no Rio Grande do Norte. O sistema de interventorias só seria implantado posteriormente, sendo Aluísio Moura o primeiro interventor tenentista a dirigir o estado (COSTA, 1995, p. 32).

O ano de 1930 marca a derrubada do governo Lamartine e a saída de muitos dos seus colaboradores do estado, dando início a um período de reorganização do mando político local, marcado por uma intensa movimentação política e desorganização administrativa. Compreendendo os primeiros momentos do novo sistema implantado e as principais estratégias de soerguimento das forças caídas, esse é um período fundamental para compreender o processo de rearticulação dessas forças, tendo alguns marcos significativos, como a fundação do Partido Popular em 1932, tendo José Augusto como presidente de honra e a eleição do governador Rafael Fernandes, em 1935, que traduzem um momento de consolidação da retomada do mando político local. No entanto, o golpe de 1937 evidencia um novo momento no jogo político característico da era Vargas. O governador eleito pelo Partido Popular, representante das antigas forças, afina-se totalmente com os interesses do governo central.

É preciso salientar que não havia grupos homogêneos disputando o poder. Os interventores, muitas vezes, buscaram nas antigas forças apoio para suas administrações. Por sua vez, a oposição que se formou aqui, composta por elementos vindos das oligarquias que detiveram o domínio político e econômico do estado até 1930, também pleiteava ascendência sobre os governos militares, alegando ser uma agressão ao povo norte-rio-grandense ser governado por “estrangeiros” que não tinham nenhuma ligação com a terra e justamente por isso não conheciam suas necessidades. Esse é o discurso defendido pelos decaídos. Mas o que eles reclamavam, na verdade, era o reconhecimento da legitimidade do seu direito sobre o domínio político no estado, já que pertenciam aos grupos que se revezavam no poder antes mesmo da instauração do regime republicano.

As ações do grupo político liderado por José Augusto, que sofre um novo golpe com a implantação do Estado Novo, movidas pelo desejo de reconstruir uma unidade esfacelada, aliam a sedução do discurso político ao poder de construção e de memória da escrita, uma escrita atravessada por um sentimento que se confunde com injustiça e pesar por um suposto exílio

político e dá origem a uma produção de caráter histórico e memorialístico com edições da segunda metade da década de 1930 até os anos 1980. É importante observar que o eixo principal do recorte temporal compreendido aqui está mais precisamente situado entre 1930 e 1937. No entanto, trabalhando com categorias como cultura política, memória e escrita é impossível desconsiderar elementos como o movimento e a flexibilidade, o que permite e impõe que uma série de publicações que chegam até a década de 1980 seja analisada.

José Augusto foi eleito pela historiografia clássica o grande líder dos norte-rio-grandenses na luta pela retomada do mando político. Para Cascudo, sua liderança era mais do que legítima, pois ele “nascera de uma grande família de condutores de homens, chefes de zona, senador e vice-governador eram seus avós quando a República amanhecia” (CASCUDO, 1972, p. 244). A tradição política seria a base de sustentação e construção da sua imagem como o grande homem da história política do Rio Grande do Norte, sendo lembrado como a figura que esteve à frente de todas as articulações oposicionistas que se formaram aqui no pós-revolução.

Estabelecido no Rio de Janeiro, José Augusto teve o ambiente propício para reanimar a força política dos “decaídos”. Nesse trajeto de queda/ascensão, idas e vindas políticas, percebemos a importância vital do Centro Norte-Rio-Grandense nesse processo. Fundado por potiguares no Rio de Janeiro, no início do século XX, na década de trinta passa por sensíveis mudanças, o que parece estar ligado à chegada dos “exilados” do Rio Grande do Norte. A figura de José Augusto parece ter tido um papel central nessa reestruturação, a partir da qual essa associação, situada a milhares de quilômetros do RN, ganha um importante papel no cenário político norte-rio-grandense, servindo como ponto de apoio à oposição do estado ao sistema varguista. Evidenciamos nesse estudo sujeitos históricos que tem o poder da palavra, da política, da memória. Os típicos intelectuais que tomam a cena no Brasil a partir da década de 1930, sendo que os intelectuais norte-rio-grandenses donos da política exercem o seu poder de fora do Estado/estado.

As relações e personagens que analisamos estão inseridas no surgimento de uma nova ordem política que se propunha independente das relações locais, provocando um clima de tensão que caracteriza todo o período

interventorial no Rio Grande do Norte. Estudar essa conjuntura permite compreender as relações políticas, econômicas e sociais que impulsionaram tais acontecimentos. O quadro político que se estabeleceu aqui está relacionando às figuras que estavam à frente da oposição oferecida aos interventores, aos caminhos percorridos por essas lideranças a partir de 1930, às relações que mantinham com os chefes do governo deposto (fidelidade aos vencidos, em alguns casos; adesão ao novo regime, em outros), buscando compreender como foi possível manter a influência sobre seus redutos eleitorais, mesmo afastados da região.

A oposição organizada pelos que seguem para o Rio de Janeiro em 1930, ao que tudo indica estruturada pelas articulações de José Augusto, não se caracteriza apenas como uma oposição política que lança mão tão-somente de ferramentas de cunho político partidário. Trata-se de uma resistência também de bases intelectuais. Tanto José Augusto como os homens que iniciaram junto com ele uma campanha pelos jornais de oposição aos interventores do Rio Grande do Norte eram homens ligados à imprensa. Todavia, ao que tudo indica, trata-se de uma parcela de intelectuais que, diferentemente daqueles atraídos para os mecanismos do governo Vargas (participantes da formulação e desenvolvimento de uma política cultural), atuam “de fora do Estado”, ou, pelo menos, fora das posições decisivas.

Jean François Sirinelli nos ajuda a pensar a ação dos intelectuais, “o problema de seu papel e de seu poder” (SIRINELLI, p. 235, 2003), pois o homem que se põe a pensar e a escrever, elaborando um depoimento sobre a sociedade, acaba tomando para si o direito de escrever e inscrever-se na história. O período que circunda e constitui o regime Estado-Novista no Brasil é terreno fértil para abordar essa questão. O momento da história do Rio grande do Norte que nos propomos a estudar, inicialmente de 1930-1937, também permite refletir sobre a participação dos intelectuais na cena política, pois era a palavra escrita arma das mais valiosas nas mãos do grupo que evidenciamos. Essa linha de pensamento nos leva a adotar nesse projeto uma definição de intelectuais que os toma como criadores e mediadores culturais (SIRINELLI, 242, 2003), reunindo-se em grupos que apresentam características de pensamento e ação semelhantes, estabelecendo em torno de si diversas redes de construção e disseminação ideológica, o que permite compreender esse

grupo como importantes atores do político, a despeito de uma concepção que se construiu em torno dos intelectuais como sendo um grupo reduzido e elitista.

A produção intelectual do grupo que analisamos não se resumiu à escrita jornalística. Produziu-se também uma literatura que se orientou para dois objetivos: elaborar uma escrita em defesa daqueles que foram despojados do poder, uma escrita de justificativa/defesa dos decaídos, aqueles que, sob a condição de homens nascidos em terras potiguares e nas terras secas do sertão, julgavam-se conhecedores do seu estado a ponto de entenderem suas necessidades e peculiaridades e que, sendo assim, sentiam-se no direito de figurar como herdeiros naturais do mando político. Como exemplos mais contundentes desse esforço, temos o livro de Juvenal Lamartine, *Meu governo*, que busca evidenciar a honestidade e empreendedorismo de sua administração, afirmando a imagem de homem público competente e injustiçado. Um livro fundamental nesse projeto, um dos primeiros da tradição que busca redimir os injustiçados de 1930 é *História de uma campanha*, do cearamirinense Edgar Barbosa, publicado em 1936, que conta a versão do Partido Popular para a campanha de 1933.

Após a campanha que culmina na posse do governador Rafael Fernandes em 1935, essa resistência se traduz em publicações sobre o Rio Grande do Norte e sobre a atuação política de alguns dos membros da oposição norte-rio-grandense ao governo. Dioclécio Duarte (*Como exerci o meu mandato*, 1934), Aduino Câmara (*História de Nísia Floresta*, 1941), Amphilóquio Câmara (*Cenários municipais*, 1943), Juvenal Lamartine (*Meu governo*, 1933) e o próprio José Augusto (*Porque sou parlamentarista*, 1936; *Famílias seridoenses*, 1940) lançaram livros que traziam essa conotação. Os diálogos existentes entre essas obras de norte-rio-grandenses revelam uma rede de ligações políticas e intelectuais que caracterizam a resistência norte-rio-grandense. Analisar essas redes, “que secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos freqüentemente apresentam traços específicos”, permite compreender a ação e a importância da sociabilidade, que funciona como processo que possibilita a “transmissão cultural” (SIRINELLI, 252, 254, 255).

O tom assumido nesses textos será predominantemente o do *ressentimento*. *Como exerci o meu mandato*, de 1934, livro composto por

discursos e projetos de leis apresentados por Dioclécio Duarte no período em que foi deputado pelo Rio Grande do Norte, traz prefácio de José Augusto Bezerra de Medeiros, que escreve um discurso de crítica aberta à política do governo central implantada por Getúlio Vargas em 1930, que, para ele, havia injustiçado aqueles que fizeram os primeiros quarenta anos da República. Já na primeira página encontramos o intento maior do livro: “Saber que os meus concidadãos e a terra onde nasci compreendem a lealdade de minhas atitudes e a sinceridade de meu esforço constitui a glória maior de minha vida pública” (DUARTE, 1934). No prefácio de José Augusto, a mensagem se completa: “A política dos últimos tempos no Brasil consistiu invariavelmente em denegrir o Congresso Nacional e em colocar sobre os ombros dos parlamentares todas as culpas e erros da chamada velha República” (Id.).

Em *História de Nísia Floresta*, de 1941, Adauto da Câmara agradece a José Augusto os estímulos que o convenceram a reunir os pronunciamentos e conferências que tinha realizado sobre a poetisa e publicado em jornais cariocas. Na apresentação do livro encontramos depoimento sobre José Augusto: “um dos valores mais representativos da inteligência e da cultura da nossa querida província” (CÂMARA, 1941, p. 10). O livro publicado em 1941 era mais um exemplar da coleção que estava sendo editada para formar a biblioteca de história norte-rio-grandense:

Eis como temos agora o orgulho de colaborar na magistral Biblioteca de História Norte-Rio-Grandense, que José Augusto está editando [...] Cada mês, um volume novo sobre homens e cousas potiguares. Nessa paciente e apaixonada tarefa, vai ele ajuntando os materiais para o futuro historiador do Rio Grande do Norte (Id, p. 10-11).

No livro de Juvenal Lamartine, publicado em 1933, *Meu governo*, na verdade o relatório que não pôde apresentar à Assembléia Legislativa no ano de 1930, acrescido de muitas páginas e se esforçando por afirmar que governara com justiça, desprendimento e honestidade, o ex-governador busca se defender das acusações de governante corrupto que lhe foram imputadas pela primeira interventoria do estado (LAMARTINE, 1933, p. 3). Nesses livros é possível perceber o sentimento de injustiça instrumentalizado como elemento impulsionador das ações políticas. Antes mesmo de se constituir uma oposição institucionalizada às interventorias varguistas no RN, o que só vai acontecer

em 1932, com a fundação do Partido Popular, as queixas e repúdio em relação às ações do novo sistema já enunciavam os traços principais dessa oposição. Esses livros, a partir dos quais percebemos as relações, os diálogos que caracterizam esse grupo, fazem parte do que hoje é o acervo do Centro Norte-Rio-Grandense de Pesquisa no Rio de Janeiro, que guarda centenas de volumes de autores norte-rio-grandenses.

A história da edição dessa biblioteca conta também uma parte da história política e intelectual do Rio Grande do Norte. O Centro, que na década de 1940 ainda se chamava Associação Potiguar, parece ter reunido os exilados do Rio Grande do Norte, tendo à frente José Augusto. Ponto de sociabilidade intelectual, o refúgio dos norte-rio-grandenses desterrados pode ter servido de base para a configuração de estratégias importantes na construção do sentimento de amor às coisas potiguares, como na construção das fidelidades ideológicas em torno de José Augusto.

Por meio da escrita, da pesquisa sobre o lugar de origem, eles realizaram um processo de reintegração e de reapropriação em relação ao Rio Grande do Norte. O prestígio político alimentado por um ensaísmo local permitiu que as forças que esses homens representavam permanecessem vivas, mesmo que, pelo menos em relação a José Augusto, mesmo depois das primeiras vitórias que resultaram na reconstitucionalização da política do estado pelas mãos dos membros do Partido Popular (que institucionalizou a oposição que antes era apenas um grupo de excluídos que se sentia injustiçado), não tenham sido suficientes para reintegrá-lo ao lugar e aos cargos de comando: em 1937, com o fechamento do parlamento, ele voltou mais uma vez à marginalidade política, deixando definitivamente a vida pública em 1955. No entanto, o esforço intelectual que deu origem à biblioteca de História Norte-Rio-Grandense permitiu-lhes contar e recontar suas versões sobre os acontecimentos de 1930 e dos anos seguintes.

Identificamos no esforço de produção da escrita que os decaídos de 1930 empreenderam logo depois da deflagração do golpe, e levaram adiante nas décadas posteriores, além do desejo de reapropriação e reintegração ao lugar de origem, o início de um processo que teria como principal resultado um discurso que envolveria e protegeria todo o grupo que foi colocado para fora da máquina administrativa e do estado do Rio Grande do Norte em 1930. O que

percebemos nos exemplares publicados por esses homens é aquilo que Angela de Castro Gomes, estudando a relação entre os intelectuais e os setores burocráticos no Estado Novo, chamou de desejo de recuperação do passado e de uma identidade que esse grupo queria fixar. Desse desejo e investimento no passado em busca de consolidar uma imagem, uma identidade, surge o processo de constituição de uma cultura política que incorpora sempre “uma leitura do passado”, seja ele “histórico, mítico ou ambos”.

Essa leitura do passado pode gerar imagens positivas ou negativas de determinados períodos, personagens, eventos, o que “envolveria um ‘enredo’ – uma narrativa – do próprio passado, podendo-se então conformar uma cultura histórica articulada a uma cultura política” (GOMES, 48, 2007). Ao relacionar os textos produzidos pelos norte-rio-grandenses que saíram daqui em 1930, encontramos ecos de um discurso que se resume da seguinte maneira: a revolução de 1930 não foi tão revolucionária assim, nós que compúnhamos os quadros administrativos naquele momento não éramos inimigos da nação, nem aproveitadores da máquina pública. Sendo assim, os revolucionários erraram e nós, filhos da terra e dos homens de prestígio e de poder da terra, por isso legítimos condutores da vida política do lugar, fomos caluniados e injustiçados. Esses homens que se julgavam injustiçados, desterrados da terra e do poder, puseram-se a escrever sobre o lugar o qual foram obrigados a deixar. Nessa escrita estão formuladas e disseminadas suas versões sobre o movimento, sobre a história do lugar, desqualificando a entrega do mando político local em mãos estrangeiras, como se dava na política das interventorias varguistas.

A partir dessa escrita ressentida e reivindicatória, percebemos que há em torno do movimento de 1930 no Rio Grande do Norte uma versão partilhada por um grupo que investiu de maneira sistemática na consolidação e propagação das versões contadas por eles. Um grupo que, de fora do estado, lança mão dos mesmos recursos que o regime varguista vai utilizar para legitimar-se no poder: o poder da escrita e da memória guiado por um fim político, ou seja, essa estratégia legitimadora está intimamente associada a uma política cultural empreendida pelo grupo que desejava voltar ao poder. Sendo essas as três dimensões que definem a categoria cultura política – escrita, memória, política – esse conceito permite “explicações, interpretações

sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista”, levando em consideração “percepções, vivências, sensibilidades”. A partir desses parâmetros, compreendemos a categoria cultura política como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo [...] atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar” (PIQUET, 1999, p. 230). Por isso partimos da leitura dos livros e artigos publicados pelos decaídos para chegar ao cenário político armado em 1930, no Rio Grande do Norte.

A leitura dos livros editados por José Augusto e que fazem parte do acervo do hoje Centro Norte-Rio-Grandense de Pesquisa é fundamental para a compreensão da rede intelectual que se estabeleceu entre os norte-rio-grandenses desterrados. Por meio da reconstituição das redes sociais e intelectuais nas quais esses homens estiveram enredados encontraremos os fios que sustentam a trama política que se configura a partir de 1930. Para perceber a atuação dessas redes na recomposição do poder das forças tradicionais da política norte-rio-grandense em oposição ao governo varguista nos serviremos daquilo que chamamos de poder simbólico dos intelectuais (BOURDIEU, 2007), o que parece estar no cerne desse complexo processo de produção de uma escrita em defesa de si.

É possível que essa escrita tenha contribuído para construir o sentido de uma unidade ideológica e de princípios morais entre os homens em torno de José Augusto, que parecem se esforçar para elaborar uma versão coesa sobre o passado que tinham vivenciado e do qual também teriam sido vítimas. Para compreender esse processo utilizaremos a noção de *unidade* formulada por Raoul Girardet, que, em sua análise do conservadorismo francês, identifica nessa busca de constituição de uma unidade “a vontade de unir e de fundir, a visão de uma sociedade homogênea e coerente, a condenação em nome do bem comum do recolhimento do indivíduo em si mesmo e em seus interesses, o temor dos cismas e das dissidências, a busca de uma fé comum e a exaltação das grandes efusões coletivas” (GIRARDET, 1987, p. 145).

Num momento de crise como se configura nos anos 1930, os laços com o Rio Grande do Norte são mantidos por meio de uma produção escrita que revela interesse pelo passado e o desejo de defesa dos decaídos. Essa

escrita contribui para forjar uma identidade comum. Longe do seu estado, esses homens se voltam para o projeto de reconstruir a identidade esfacelada com a partida do lugar de origem. Uma parte da escrita produzida por eles vai se projetar sobre os estudos históricos. A condição de “desterrados” parece se associar fortemente com uma investida no estudo do passado das tradições dos indivíduos que primeiro colonizaram a região do Seridó, enfatizando o pioneirismo colonizador da oligarquia caída.

É importante observar que a discussão apresentada aqui, por mais que necessite do diálogo com categorias e conceitos da cultura e do político, tomando como fonte e objeto a escrita de um grupo num determinado período, traz em sua constituição, afirmações e questionamentos, uma preocupação fundante com o processo de escrituração, pois este impõe uma reflexão no sentido de compreender o alcance dessa dimensão na produção histórica, já que a História é, em sua essência, narrativa.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.

A REVOLUÇÃO de 30. Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha: notas, fotografias e documentos do último pleito político norte-rio-grandense, 1934-1935*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CÂMARA, Adauto. *História de Nísia Floresta*, 1941.

CÂMARA, Amphiloquio. *Cenários municipais*, 1943.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: A REVOLUÇÃO de 30. Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54).

CARONE, Edgar. *A primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

_____. *História da República do Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador*. Rio de Janeiro: GB, 1965.

COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro Ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária, 1995.

DUARTE, D. Dioclécio. *Como exerci o meu mandato*. Rio de Janeiro: Editora Duco, 1934.

FARIA, Juvenal Lamartine de. *O meu governo*. Rio de Janeiro, 1933.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: Nordeste em tempos de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 26f.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro (Org.) *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. (Org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre* organização, introdução e notas. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

_____. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____ et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil (1916-1944): notas da pesquisa*. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Hollien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: Editora UNESP, ANPUH, 2008.

MARIZ, Marlene da Silva. *Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, 1930-1934*.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *O Rio Grande do Norte no senado da República*. Brasília: Senado Federal, 1980.

_____. *Porque sou parlamentarista*, 1936;

_____. *Famílias seridoenses*, 1940.

_____. *Seridó*. Brasília: Senado Federal, 1980.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Torres et al. *História e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

OLMI, Olba. *Memória e memórias: dimensões e perspectivas da literatura memorialista*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

PADOLFE, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Fundação Nabuco/Massangana, 1984.

PATRIOTA, Nelson (Org.). *Artigos e crônicas de Edgar Barbosa (1927-1938)*. Natal: EDUFRN, 2009.

PEREIRA, Nilo. *José Augusto B. de Medeiros: um democrata*. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

_____. *José Augusto B. de Medeiros: um democrata*. Natal: Fundação José Augusto, 1983, v. 2.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais e Estado*. Marcelo Belo Horizonte; Editora UFMG, 2006

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. 2. Ed. Natal: EDUFRN, 2008.

SPINELLI, José Antonio. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha República*. Natal: CCHLA, 1992.

_____. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar – 1930/1935*. Natal: EDUFRN, 1996.

Periódicos:

Jornais

A Ordem, Natal, 1935, 1936, 1939.

A Republica, Natal, 1930.

Jornal do Commercio, Recife, 1980.

Folha da Manhã, Recife, 1938, 1949, 1955.

Tribuna do Norte. Natal, 1985.

Revista

Revista de Estudos Históricos (CPDOC), Rio de Janeiro, 1996, 1999, 2003, 2009.

Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 2008.

Mídias Digitais

Memória Viva. TV Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1983.

¹ Usaremos o termo Revolução aqui como uma maneira de nos referirmos ao movimento ocorrido na política brasileira a partir de 1930. No entanto, assim como a historiografia contemporânea já explorou e demonstrou, exaustivamente, sabemos que o termo não se aplica de fato a tal movimento.